

# Cartilha LGPD para Servidores e Colaboradores do Ministério das Cidades

Esta cartilha, elaborada pela Ouvidoria do Ministério das Cidades em parceria com a Assessoria Especial de Controle Interno, no âmbito do Programa de Integridade – Prospera, apresenta informações essenciais sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

Versão 1.0 / dezembro de 2025



OUVIDORIA

MINISTÉRIO DAS  
CIDADES





# O que é a LGPD?

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) representa um marco fundamental na proteção da privacidade e dos dados pessoais dos cidadãos brasileiros.

Essa legislação estabelece regras claras sobre como informações pessoais devem ser coletadas, armazenadas, tratadas e compartilhadas.



## Abrangência Total

Aplica-se a todos os órgãos públicos e empresas privadas que realizam tratamento de dados pessoais no Brasil



## Direitos Fundamentais

Garante liberdade, privacidade, intimidade e proteção da personalidade de cada cidadão



## Responsabilidade Compartilhada

Estabelece obrigações claras para quem coleta e processa informações pessoais

# Dados Pessoais e Tratamento: Conceitos Básicos

## Dados Pessoais

São todas as informações relacionadas a uma pessoa natural identificada ou identificável.

Incluem nome, CPF, endereço, e-mail, telefone, dados de localização, características físicas, preferências pessoais e qualquer outro **dado que permita identificar um indivíduo**.

## Tratamento de Dados

Engloba **toda e qualquer operação realizada com dados pessoais**, desde a coleta inicial até a eliminação final.

Isso inclui armazenamento, classificação, utilização, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, avaliação, controle, modificação e comunicação.

1

### Controlador

Responsável pelas decisões sobre o tratamento de dados pessoais.  
Define finalidades, meios e objetivos do processamento.

2

### Operador

Realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador, seguindo suas instruções e diretrizes específicas.

3

### Encarregado

Canal de comunicação entre controlador, titulares e ANPD, orientando sobre conformidade e boas práticas.

# Responsabilidades dos Servidores e Colaboradores

Como servidor ou colaborador do Ministério das Cidades, você desempenha um papel fundamental na proteção dos dados pessoais.

Suas ações diárias impactam diretamente a privacidade dos cidadãos e a conformidade do MCID com a legislação vigente.

01

## Finalidade Clara e Legítima

Todo tratamento de dados pessoais no MCID deve visar à execução das políticas públicas da Pasta.

Nunca utilize dados pessoais para propósitos diferentes daqueles autorizados ou para fins pessoais.

03

## Registro e Documentação

Mantenha registros detalhados das operações de tratamento realizadas, incluindo finalidade, categorias de dados, compartilhamentos e medidas de segurança aplicadas.

02

## Segurança e Confidencialidade

Garanta que os dados sob sua responsabilidade estejam protegidos contra acessos não autorizados, vazamentos, perda ou destruição acidental.

Mantenha sigilo.

04

## Orientação do Encarregado

Em caso de dúvidas entre em contato com a Encarregada de Proteção de Dados do Ministério, Grayce Gonçalves.

Consulte antes de agir.



# Direitos dos Titulares dos Dados

A LGPD estabelece uma série de direitos aos cidadãos cujos dados são tratados pelo Ministério das Cidades.

É fundamental que todos os servidores e colaboradores conheçam e respeitem esses direitos, facilitando seu exercício sempre que solicitado.



## Confirmação e Acesso

O cidadão tem direito de confirmar se seus dados estão sendo tratados e solicitar acesso completo às informações armazenadas sobre ele.



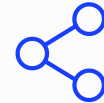
## Correção de Dados

Direito de solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados que estejam em posse do órgão público.



## Anonimização e Bloqueio

Possibilidade de requerer a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade.



## Informação sobre Compartilhamento

Direito de saber com quais entidades públicas ou privadas seus dados pessoais foram ou serão compartilhados.



## Revogação do Consentimento

Quando o tratamento basear-se em consentimento, o titular pode revogá-lo a qualquer momento, de maneira facilitada e gratuita.



## Portabilidade

Direito de solicitar a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço, mediante requisição expressa, quando aplicável.

# Canal para Exercício dos Direitos LGPD

Para exercer seus direitos como titular de dados as solicitações devem ser realizadas através da Plataforma [Fala.BR](#).

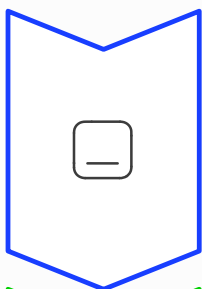
## O titular de dados pode solicitar:

- |   |   |   |
|---|---|---|
| → Confirmação da existência e acesso ao tratamento de seus dados pessoais. (Art. 18, Incisos I e II)                                    | → Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados. (Art. 18, Inciso III)  | → Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou em desconformidade com a LGPD. (Art. 18, Inciso IV) |
| → Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, conforme regulamentação da autoridade nacional. (Art. 18, Inciso V) | → Eliminação de dados pessoais tratados com consentimento do titular, observadas as exceções do Art. 16 da LGPD. (Art. 18, Inciso VI) | → Informação sobre entidades públicas e privadas com as quais seus dados foram compartilhados. (Art. 18, Inciso VII)              |
| → Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e suas consequências. (Art. 18, Inciso VIII)                           | → Revogação do consentimento, nos termos do § 5º do Art. 8º da LGPD. (Art. 18, Inciso IX)   | → Revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados que afetem seus interesses. (Art. 20)       |

# Boas Práticas no Dia a Dia

A proteção de dados pessoais começa com pequenas atitudes no cotidiano de trabalho.

Seguir boas práticas garante conformidade legal e protege a privacidade dos cidadãos atendidos pelo Ministério das Cidades.



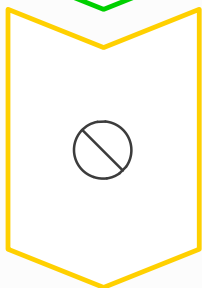
## Princípio da Minimização

Colete apenas os dados estritamente necessários para a finalidade específica. Quanto menos dados, menor o risco. Questione sempre: "Realmente preciso desta informação?"



## Proteção e Controle

Utilize senhas fortes e únicas, ative autenticação de dois fatores, bloqueie computadores ao se afastar, não compartilhe credenciais e proteja dispositivos móveis.



## Proibição de Compartilhamento Irregular

Nunca compartilhe dados pessoais sem autorização expressa ou base legal adequada. Verifique sempre a legitimidade antes de encaminhar informações.



# LGPD no Setor Público: Particularidades

O tratamento de dados pessoais pelo setor público possui características e bases legais específicas que diferem do setor privado.

Compreender essas particularidades é essencial para a atuação conforme a LGPD.



## Base Legal para Políticas Públicas

Órgãos públicos tratam dados pessoais principalmente para execução de políticas públicas, cumprimento de obrigação legal, exercício de competências legais e atendimento de interesses públicos.



## Compartilhamento entre Órgãos

O compartilhamento de dados entre órgãos e entidades públicas é permitido quando necessário para execução de políticas públicas ou atribuições legais.

Deve sempre observar transparência, finalidade específica, e respeitar a competência de cada órgão.



## Proteção de Dados Sensíveis

Dados sensíveis (origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação sindical, saúde, vida sexual, dados genéticos ou biométricos) exigem cuidados redobrados e proteção especial conforme legislação específica, mesmo no contexto de políticas públicas.



# MCID: Tratamento de Dados Pessoais

O Ministério das Cidades (MCID) disponibiliza em seu site informações detalhadas sobre o tratamento de dados pessoais.

Esse conteúdo abrange a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e as práticas adotadas para assegurar a conformidade com a LGPD.





## Ouvidoria do Ministério das Cidades



Plataforma Fala.BR

<https://falabr.cgu.gov.br>



E-mail

[ouvidoria@cidades.gov.br](mailto:ouvidoria@cidades.gov.br)



Whatsapp

(61) 3314-6624



Endereço

Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco E, 14º andar,  
Brasília/DF

"A proteção de dados é um compromisso diário com a dignidade e os direitos de cada cidadão brasileiro."